

Acórdão nº 9.202/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 16.293.2012-10-TCE (C/ 02 Anexos)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Comunicação, exercício de 2011.
RESPONSÁVEIS: Senhora **Mariama Morena Alves Avallone** e Senhor **Leonildo Rosas Rodrigues**
RELATOR: Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**
REVISOR: Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**

Prestação de Contas. Secretaria de Estado de Comunicação. Grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Irregularidade. Aplicação de multa. Remessa de cópia da decisão ao Ministério Público Estadual.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1)** considerar **irregular** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Comunicação, exercício orçamentário e financeiro de 2011, de responsabilidade da Senhora **Mariama Morena Alves Avallone** e do Senhor **Leonildo Rosas Rodrigues**, Secretários de Estado à época, com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/1993, artigo 51, inciso III, alínea “b”, em face de grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; **2)** **aplicar multa** prevista na Lei Complementar Estadual nº 38/1993, art. 89, inciso II, à Senhora **Mariama Morena Alves Avallone** e ao Senhor **Leonildo Rosas Rodrigues**, Secretários de Estado à época, no valor de **R\$ 7.140,00** (sete mil, cento e quarenta reais), para cada um, em face da prorrogação irregular do contrato nº 02/2011, cujo objeto foi o fornecimento de passagens aéreas e terrestres, e nº 02/2006, cujo objeto foi a prestação de serviços de publicidade; **3)** abrir **Tomada de Contas Especial** para apurar a execução do Contrato nº 02/2006; e **4)** **encaminhar** cópia da Decisão ao **Ministério Público do Estado do Acre**, para conhecimento e adoção das providências que entender necessárias, conforme Constituição Federal de 1988, art. 37, § 4º e Lei Federal nº 8.666/93, artigos 82 a 85 e 92. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do processo. **Divergente** o Conselheiro-Revisor, que votou: 1) pela regularidade das contas da Secretaria de Estado de Comunicação, exercício de 2011, em conformidade com as razões explanadas pelo corpo técnico da 1ª IGCE; e 2) pela recomendação a este TCE/AC para que, ciente da importância e relevância do pronto atendimento e aplicabilidade prática das disposições contidas na Lei Federal nº 12.232/2010, que regulam a matéria da contratação de serviços de publicidade pela Administração Pública de um modo geral como forma de proteção ao erário público estadual e municipal, coordene e lidere grupo de trabalho específico

(Acórdão nº 9.202/2015/Plenário-TCE/AC – FL. 02 de 02)

a ser formado com o apoio e participação de demais instituições diretamente interessadas (v.g. CGE/AC, PGE/AC, Governo do Estado do Acre, Associação dos Municípios, MPE/AC, etc.) para o especial fim de elaborar-se, por quem de direito, com a maior brevidade possível, após a colheita de diagnóstico de real situação, termo coletivo e/ou termos individualizados de ajustamento de conduta e/ou gestão (TACs e/ou TAGs) a fim de impor-se, no plano concreto, aos entes públicos deste Estado do Acre, o cumprimento das disposições contidas na atual legislação de regência da matéria. Ausente, justificadamente, a Excelentíssima Senhora Conselheira Dulcinéia Benício de Araújo.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 11 de junho de 2015

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Relator

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC